

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS
ANO 2019**

Data	27/03/2019 Horário: 9h.
Local	Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS
Participantes	<p><u>Bancada do Governo:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Júlio Fernandes Santos b) Eduardo Sérgio Carlos Castelo c) Laura Jucá Araújo</p>
	<p><u>Bancada dos Servidores:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Rachide Cássio Alencar Silva b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira c) Marta Cristina Jucá Policarpo</p> <p>Suplentes:</p> <p>d) Ana Lúcia Oliveira Viana e) Rachel Figueiredo Martins f) Daniel Martins Timbó</p>
	<p><u>Secretária Executiva da Mesa:</u></p> <p>a) Fabíola Farias Vasconcelos</p>

Pauta da Reunião

- Correção na implantação do PCCS quanto ao ITA e insalubridade;
- Correção do PCCS em relação ao período dos cursos para capacitação;
- Decreto de regulamentação da GEFAE;
- Uso do táxi na fiscalização e disponibilidade de horários dos carros oficiais;
- Condições de trabalho na Feira da José Avelino e da Parangaba;
- Organização das rotas no Fiscalize;
- Ações de Vigilância Sanitária.

Ata da Reunião

1. O Superintendente da AGEFIS, Júlio Santos, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e ressaltou que esta é a primeira reunião com a nova composição da Mesa.

- Afirmou que a parceria da Mesa já existia durante a gestão do Superintendente anterior, Marcelo Pinheiro, e que permanecerá durante a sua gestão.
2. Passada a palavra à Bancada dos Servidores, a presidente da AFIM, Sra. Marta Jucá, ressaltou que estavam presentes na reunião os membros titulares e suplentes da bancada dos Servidores, para que a gestão conhecesse a composição integral da Mesa, e afirmou que a pauta principal para a categoria nesta reunião é a correção do PCCS quanto ao cálculo do ITA e da insalubridade, visto que já faz um ano da última reunião e o problema ainda não foi resolvido.
 3. O Superintendente Júlio Santos lembrou que na última reunião na SEPOG foi garantido que o diálogo estaria aberto com o prefeito para solucionar a questão. Afirmou que acredita que houve um ruído que gerou tal equívoco e que é a favor de que seja solucionado, porém foi esclarecido na última reunião que em 2018 não poderia ser resolvido, mas que a questão seria discutida em 2019. O Superintendente se comprometeu a agendar uma reunião com o secretário Dr. Philipe Nottingham, da SEPOG.
 4. A Sra. Ana Lúcia Viana, da Bancada dos Servidores, lembrou que um dos objetivos do PCCS era a diminuição das distorções entre a categoria, mas que o problema no ITA gerou uma distorção imediata. O Sr. Rachide Alencar afirmou que a categoria tem pressionado a AFIM para ingressar na justiça para discutir a matéria, mas que a Associação tem segurado a demanda para tentar resolver administrativamente.
 5. A Sra. Marta Jucá afirmou que a Vigilância Sanitária não tem representatividade suficiente na gestão, em cargos, na tomada de decisões e na construção do planejamento. Afirmou que a DIOP precisa ter servidores da VISA. Sugeriu que haja uma maior comunicação entre gestão e categoria para diminuir os ruídos de comunicação e que o Superintendente faça uma apresentação da nova GEFAE aos fiscais, preferencialmente até a próxima segunda-feira, pois na terça-feira ocorrerá uma assembléia com a categoria.
 6. O Superintendente garantiu que a matéria já está sendo pensada e que já há alguns servidores da VISA colaborando internamente na gestão, mesmo que sem cargo, e que com a reforma na Lei Complementar nº 190 espera que haja essa representatividade dentro das GEREFI's. Sobre a apresentação da GEFAE, concordou em realizar, porém informou que o sistema ainda não está concluído para testes. Informou que na segunda-feira já tem uma agenda e não pode permanecer durante toda a apresentação, se disponibilizou para a sexta-feira e até para o final de semana. A bancada dos servidores insistiu em manter a segunda-feira.
 7. O Sr. Rachide Alencar levantou a discussão sobre um parecer da PROJUR da Agefis dizendo que todos os fiscais poderiam fiscalizar saúde do trabalhador, porque, com o novo PCCS, todos os fiscais são competentes para tal, visto que a nomenclatura é uma só. Afirmou que, pelos termos do concurso público que os fiscais prestaram, essa matéria só pode ser fiscalizada pela Vigilância Sanitária.
 8. Sobre o tema, o Sr. Eduardo Castelo, procurador jurídico da Agefis e membro da Bancada do Governo, afirmou que o parecer que emitiu foi no sentido de que qualquer fiscal poderia fiscalizar o protocolo de saúde do trabalhador, pois com o novo PCCS todos têm a mesma competência, porém trata-se de uma decisão de gestão quem são os fiscais mais adequados para o trabalho.
 9. Acerca da pauta das rotas do Fiscalize, a Sra. Marta Jucá afirmou que algumas rotas são inviáveis para se fazer de táxi, bem como alguns processos, principalmente da Vigilância Sanitária, processos iniciais para concessão de licença sanitária. Afirmou que com a meta da GEFAE sendo de quatro O.S. diárias, a VISA só consegue cumprir duas. O

- Sr. Rachide Alencar afirmou que as rotas estão amarrando os fiscais e sugeriu rotas semanais para o fiscal planejar seus próprios horários. Sugeriu também repensar a questão da fiscalização com táxi, devido à segurança dos fiscais.
10. O Superintendente Júlio Santos afirmou que tem uma visão realista em relação ao uso dos táxis, sabe que a medida depende da localidade e das áreas de fiscalização. Afirmou que a gestão está trabalhando para melhorar a eficiência dos táxis, bem como o seu direcionamento, trabalhando várias modalidades e diminuindo os riscos. Porém, esclareceu que a fiscalização não pode e não irá acontecer com 100% de veículos da Prefeitura, ao contrário, a tendência é que se usem cada vez menos veículos públicos.
 11. A Sra. Marta Jucá ressaltou que há uma problemática quanto ao horário dos carros oficiais que precisam ser recolhidos e os motoristas que fazem pausa para almoço antes de terminada a rota e pede que seja adotada alguma medida. Sugeriu que houvesse a elaboração de um relatório quando ocorresse algum incidente e que os gerentes tragam à gestão os problemas verificados. A Sra. Ana Lúcia Viana afirmou, ainda, que as equipes do período da tarde são prejudicadas porque após as 17h a Guarda Municipal não permite a entrada de carros oficiais nas Secretarias Regionais. O Sr. Rachide Alencar também reforçou a problemática das multas aplicadas aos veículos oficiais, opinando que estas devem ser anuladas.
 12. O Superintendente Júlio Santos afirmou que irá pessoalmente às Regionais verificar com cada secretário essa questão de entrada de veículos após as 17h. Quanto às multas, esclareceu que cada caso deve ser analisado individualmente e que existe uma boa relação entre a Agefis e a AMC. O procurador jurídico Eduardo Castelo ressaltou que o motorista não deve ser prejudicado se a multa for decorrente do exercício regular do seu trabalho, porém não concorda com a anulação automática de todas as multas.
 13. Seguindo em frente com as pautas da reunião, a Sra. Marta Jucá questionou quem são os servidores responsáveis por analisar os despachos inseridos no sistema Fiscalize.
 14. O Superintendente Júlio Santos afirmou que este é o trabalho dos gerentes e assistentes regionais e que essa gestão será necessária para a efetivação da nova GEFAE. Afirmou, também, que os despachos precisam atingir um padrão de inserção de informações, visto que em breve tais informações serão disponibilizadas para os fiscalizados.
 15. A Sra. Marta Jucá pleiteou a correção dos períodos de cursos para promoção na carreira. Afirmou que no PCCS o prazo é de 12 meses e a AFIM pleiteia que sejam 24 meses, por acreditar que da forma como está a categoria é prejudicada.
 16. O Superintendente Júlio Santos questionou se já houve algum pedido com mais de 12 meses negado por este motivo, ao que a servidora respondeu que ninguém solicitou por causa da restrição legal.
 17. Seguindo em frente com as pautas da reunião, a Sra. Ana Lúcia Viana afirmou que os processos de aposentadoria possuem trâmite muito lento. Afirmou que sabe que a Agefis tem dificuldade em montar equipe de pessoal e sugere que o órgão pegue servidores emprestados de outros órgãos para acelerar tais processos, visto que há processos com abertura em 2017 que ainda não foram finalizados.
 18. O Superintendente Júlio Santos afirmou que mandará realizar um levantamento cronológico das pendências de tais processos. Afirmou também que iniciará um mutirão para esse tema, com duas linhas de ações: 1) reforço de dois terceirizados; e 2) trazer pessoas de fora que tenham experiências na matéria.
 19. Sobre a pauta das condições de trabalho na Feira da José Avelino e da Parangaba, o Sr. Rachide Alencar afirmou que acredita estar havendo um desvio de função dos fiscais,

que estão fazendo o trabalho dos auxiliares de fiscalização. Afirmou que é necessário aumentar o efetivo de auxiliares nos locais, assim como de viaturas da Guarda Municipal. Informou que os carros que são utilizados na José Avelino são da SR do Centro, e não da Agefis. Informou que não existem rotas de fugas e que os carros não ficam à disposição para o caso de necessidade dos fiscais. Sobre a Feira da Parangaba, afirmou que não há banheiros disponíveis para uso dos fiscais, o que gera transtornos, especialmente à noite.

20. O Superintendente Júlio Santos afirmou que no início da operação na Feira da Parangaba, foram colocados banheiros para uso dos fiscais, e que vai verificar uma saída para a problemática.

21. Por fim, o Sr. Júlio Santos afirmou que marcará a apresentação da GEFAE para a próxima segunda-feira, porém não poderá permanecer por já ter outra agenda externa. Afirmou também que buscará uma reunião com a SEPOG até o final de maio. Sobre a Feira da José Avelino e as rotas do Fiscalize, tais assuntos serão tratados em reunião internas com a equipe técnica de cada área.

Encaminhamentos

- Apresentação da GEFAE na segunda-feira, dia 01/04/2019;
- Agendar reunião com a presença de representantes da SEPOG, até o final de maio;
- Definição das próximas Reuniões Ordinárias da Mesa: junho, setembro e novembro.